

A. I. N° - 232943.0017/05-5
AUTUADO - LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA.
AUTUANTE - REGINALDO CAVALCANTE COELHO
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 02/09/2005

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N°0286-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDA À CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado no dia 08/04/2005, exige multa no valor de R\$690,00, por ter sido identificado o autuado realizando vendas à consumidor final sem a emissão da documentação fiscal correspondente, conforme termo de auditoria de caixa, juntado à fl. 16 dos autos.

O autuado, em sua defesa, (fls. 22/23) alega que o Auto de Infração é nulo, visto que, o auditor não especifica a infração cometida por ele, ao não apontar a exigência legal supostamente descumprida, prendendo-se apenas a exarar de forma generalizada que houve descumprimento das exigências legais.

Alega, também, que realiza suas operações devidamente acobertadas de documentação fiscal, e que, por isso, a acusação que consta neste Auto de Infração é improcedente e está desacompanhada de prova que lhe dê sustentação.

O autuante prestou sua informação fiscal (fl.28 e 29), sustentando que a simples negativa do cometimento da infração, feita pelo autuado em sua defesa, não o desonera de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Informa o autuante, que foi efetuada “Auditoria de Caixa”, conforme termo fl.16 do presente PAF, devidamente assinado por preposto da autuado, tendo sido constatado a diferença de R\$ 760,12. Em decorrência desta diferença foi emitida a nota fiscal de venda ao consumidor n° 4587, na qual consta a declaração “NF emitida após ação fiscal p/ regularizar vendas efetuadas nesta data através de cartões de créditos, sem emissão de cupom fiscal” na qual também consta a assinatura do autuante e do autuado. Retifica, ao final, o procedimento fiscal.

VOTO

No tocante ao aspecto processual, verifico no presente a especificação da infração imputada ao autuado, de forma clara, possibilitando a ampla defesa deste, por isso rejeito a nulidade suscitada pelo autuado.

No mérito, observo que o Auto de Infração foi lavrado para impor multa em decorrência da falta de emissão de notas fiscais de venda ao consumidor, apurada por meio de auditoria de caixa.

No exame dos documentos de fls. 04 a 18 deste PAF, comprova-se a existência da infração em tela, sendo assim, infundados os argumentos da defesa, de que realiza suas operações devidamente acobertadas de documentação fiscal, e que o Auto de Infração está desacompanhada de prova que lhe dê sustentação.

A auditoria de caixa (fl.16) comprova que foram apurados os seguintes dados: a) Total em cartão de crédito R\$ 897,20; b) Notas fiscais emitidas R\$ 137, 08, o que resultou na diferença de R\$ 760,12, sendo, portanto, adequado o enquadramento realizado pelo agente fiscal, assim como a aplicação da multa.

Face ao exposto, voto pela **PROCEDÊNCIA** do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0017/05-5**, lavrado contra **LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690, 00**, prevista no artigo 42, inciso XIV-A da Lei nº7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2005.

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA – PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSÊCA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR